

Autoridade coatora e o sujeito passivo do mandado de segurança

Editora Revista dos Tribunais - **ADMISSIBILIDADE DO MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL**



Description: -

-

Mandamus -- Brazil.

Injunctions -- Brazil. autoridade coatora e o sujeito passivo do mandado de segurança

- autoridade coatora e o sujeito passivo do mandado de segurança

Notes: Includes bibliographical references (p. [77]-78) and index.

This edition was published in 1991



Filesize: 62.53 MB

Tags: #Mandado #de #segurança

A Nova Sistemática Legal do Mandado de Segurança (Lei 12.016, de 7.8.2009) e sua Aplicação ao Processo do Trabalho. Parte II

São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Dispõe o artigo 6º, § 3º da Lei 12. Em vários tribunais, de diferentes instâncias, muitas vezes nem se consolidam posições.

Ilegitimidade passiva no Mandado de Segurança decorrente da indicação equivocada da autoridade coatora

. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. Mandado de Segurança: Comentários às Leis n.

O sujeito passivo legítimo no mandado de segurança

Elementos do Direito Processual Penal: 6ª ed.

A TEORIA DA ENCAMPAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA E O ENUNCIADO 628, DE SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ

CRUZ, Luana Pedrosa de Figueiredo et al. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que a pessoa jurídica de direito público a que pertence a autoridade ou o órgão tido como coator, é o sujeito passivo do mandado de segurança, razão por que é ele o único legitimado para recorrer da decisão que defere a ordem.

O sujeito passivo legítimo no mandado de segurança

Sujeito passivo no mandado de segurança. Anote-se que, na órbita federal, há leis e decretos por exemplo: Lei 4. Dos Processos Especiais, Rio de Janeiro, 1957, p.

O sujeito passivo legítimo no mandado de segurança

Procedimento O meio pelo qual será regido o mandado de segurança esta previsto na Lei supramencionada, sendo que, a autoridade coatora será notificada para prestar informações e oferecer os documentos necessários no prazo legal de 10 dias, conforme dispõe a lei que regulamenta o mandado de segurança, as referidas informações são facultativas, pois, com ou sem elas o mandado de segurança será julgado.

Related Books

- [Portrait of Jung - an illustrated biography](#)
- [Acción Democrática - primeros años: oposición y poder, 1941-1948](#)
- [Sainte Colline.](#)
- [Franz Reuleaux und die Grundlagen seiner Kinematik.](#)
- [Right to development](#)